

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

As alterações climáticas constituem o mais importante desafio político, social e económico do século XXI.

Limitar o aquecimento global a 1,5°C, em linha com os objetivos do Acordo de Paris, requer uma transformação sem precedentes das sociedades.

Sabemos que Portugal é um dos países da União Europeia que mais será afetado pelos efeitos das alterações climáticas, na erosão costeira, nos riscos da subida do nível das águas do mar, de desertificação, de incêndio florestal.

Por isso, quisemos dar o exemplo e fomos o primeiro país no mundo, em 2016, a assumir que iria ser neutro em emissões carbónicas no ano de 2050 e, no passado dia 6 de junho, num Conselho de Ministros dedicado ao Ambiente, fomos o primeiro país a concluir e aprovar o seu roteiro para a neutralidade carbónica.

Para atingir a neutralidade em 2050, Portugal terá que reduzir as suas emissões em 85% e fazer subir a sua capacidade de sumidouro de carbono em 25%.

Todos os sectores terão de contribuir para este objetivo. Na indústria, na construção, na agricultura, nos transportes e na produção de energia. Alcançar este objetivo com sucesso será a mais importante missão desta e das próximas gerações.

Ouvimos os apelos dos milhares de jovens que se mobilizaram para a Greve Climática Estudantil. Neste trajeto a 30 anos, faremos da próxima década a mais exigente no combate às alterações climáticas. Portugal chegará a 2030 sem centrais a carvão, com metade das emissões em relação a 2005, com 80% da eletricidade consumida de origem renovável e com um terço da mobilidade de passageiros movida a eletricidade.

Este é o nosso compromisso com os portugueses e de Portugal com o mundo.

Para atingir a neutralidade carbónica é necessário agir de três formas.

Primeiro, reduzindo emissões e procurando a independência energética. Portugal importa hoje 70 milhões de barris de petróleo por ano. Em 2050 esse número será inferior a 10 milhões, o que representa uma poupança anual de 1,2 mil milhões de euros nas nossas importações.

Segundo, reforçando a capacidade de sumidouro, que em Portugal é essencialmente de origem florestal. Para conseguirmos atingir as nossas metas, a área ardida em fogos rurais terá que ser reduzida para metade. Esta necessidade reforça o compromisso deste Governo com a prevenção e combate, e a certeza de que em 10 anos teremos que ter uma nova paisagem rural, com mosaicos adaptados às condições naturais e espécies florestais resistentes ao fogo.

Terceiro, investindo na investigação e desenvolvimento, quer com os laboratórios colaborativos, que contribuem para a valorização dos recursos endógenos do nosso espaço rural, quer com a criação nos Açores de um grande centro de investigação internacional centrado no espaço, no estudo do mar profundo e nas alterações climáticas, valorizando o papel dos oceanos como reguladores do clima.

Atingir a neutralidade carbónica é mesmo um grande projeto para o desenvolvimento de Portugal. Não falo de custo mas de investimento, de criação de novos empregos qualificados, de novos modelos de negócio, de novos materiais, de uma economia mais circular.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Falar de neutralidade carbónica não é só falar de futuro. É falar de presente.

Na mobilidade, com o Plano de Redução de Tarifário nos transportes público que gerou um notável crescimento de procura e por consequência, uma redução de emissões num setor que, até 2030, tem a obrigação de emitir menos 40% de gases de efeito de estufa. A redução de preços dos passes é ganha pelas famílias e é financiada com origem única nas taxas de carbono que são cobradas a quem mais polui.

Mas também com a aquisição de 709 autocarros de elevada performance ambiental, dos quais mais de 100 já se encontram a circular no país e que estarão todos em circulação até ao final do próximo ano, e com os investimentos na ferrovia, no sistema de mobilidade do Mondego e na expansão das redes ou a aquisição de novas composições nos Metros de Lisboa e Porto.

Na energia, com o fim da isenção do ISP na produção da eletricidade a partir do carvão, já em curso desde o ano passado, e que contribuiu decisivamente para a redução das emissões logo no seu primeiro ano de vigência.

E nas renováveis, com o reforço da produção de eletricidade a partir da fonte solar, que em dois anos aumentará em 2 Giga Watt a capacidade atual

contribuindo para o encerramento das centrais a carvão.

Que não existam dúvidas. A forma mais barata de produzir eletricidade em Portugal é a partir de fontes renováveis, e na fonte solar esta é uma evidência inequívoca. Por isso o modelo de leilões em curso, que fixará tarifas abaixo do preço de mercado é aquele que melhor defende os consumidores e beneficiará empresas e famílias.

Falar de alterações climáticas é mesmo falar do presente. Por isso, no mesmo dia em que o Conselho de Ministros aprovou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, aprovou também o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, estando já em curso um investimento superior a 700 milhões de



euros em adaptação do território; prevenção contra os fogos rurais; na rede hidrográfica; melhoria da fertilidade dos solos e nas cidades.

A descarbonização tem de jogar a par da valorização do território e da consolidação de um modelo de economia circular.

Valorizar o território significa gerir as áreas protegidas em conjunto com as autarquias, Organizações Não Governamentais e instituições de Ensino Superior, pois as atividades humanas podem também ser geradoras de biodiversidade. Seremos o primeiro Governo que em Portugal irá remunerar serviços de ecossistemas de maneira a suportar as mudanças necessárias na paisagem.

Significa cumprir o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, que considera o capital natural um bem tangível e um conjunto de recursos que têm que ser colocados ao dispor do bem comum. Valorizar o território traduz-se numa política concreta para os territórios de baixa densidade.

Para gerar bem-estar, a economia tem que crescer. Tem que crescer em Portugal e tem que crescer no mundo.

Mas não pode crescer indo para além dos limites naturais. A nossa economia tem que encontrar um modelo racional de suficiência. Portugal já esgotou os seus recursos para o ano de 2019, e países como a

Noruega e a Suécia ultrapassaram esses limites anuais mais cedo do que nós.

Neste contexto específico, não somos países desenvolvidos, somos países em vias de desenvolvimento, pois o que nos é pedido corresponde a um enorme esforço e a uma não menor ambição.

Portugal é exemplo nesta transformação e o sector público tem sido também liderante. Há meses que banimos o uso de plástico descartável no Estado, e iremos antecipar em um ano a diretiva que os proíbe para o mercado em geral. Presentemente, 50% dos carros comprados para o Estado ou para as empresas públicas têm que ser elétricos.

Estamos a agir e distinguimo-nos pelo trabalho feito. Comparativamente a 2005, reduzimos as nossas

emissões em 22% e aumentámos a incorporação de energia renovável em 26%. Em 2018, reduzimos o triplo das emissões, quando comparados com a média da União Europeia. E vamos continuar na linha da frente com uma incorporação de energia renovável de 32% em 2020 e de 47% em 2030.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Recupero as palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. No combate às alterações climáticas *“não há nada a perder em agir; há tudo a ganhar”*.

Este caminho representa uma oportunidade para o desenvolvimento e transformação da economia e Portugal sairá vencedor na criação de emprego mais qualificado, riqueza mais sustentável e bem-estar mais partilhado.

Este é o maior desafio que conheceremos no século XXI. É este que a sociedade nos solicita, que o território convoca e que as novas gerações nos exigem.